

---

**AO JUÍZO DA ~~xx~~ VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX/UF.**

**Autos nº:**

**FULANO DE TAL**, parte processual já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, por ser hipossuficiente, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

o que faz com fulcro no art. 525, §1º, V, do Código de Processo Civil, conforme passa a expor, nos termos que se seguem.

**1 - DA INEXIGIBILIDADE DAS CUSTAS E HONORÁRIOS:**

Como é cediço, a gratuidade de justiça faz com que as custas e honorários fiquem sob condição suspensiva de exigibilidade. No entanto, a inteligência do dispositivo em voga é ainda mais eloquente. Isso porque as verbas descritas no §1º do art. 98 do CPC, *in casu*, os honorários e as custas, somente poderão ser executadas “se o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade”.

A disciplina legal deixa indene de dúvidas que a possibilidade de cobrança das custas e honorários fica sob a inexorável condição suspensiva da comprovação cabal da mudança da conjuntura de hipossuficiência da parte demonstrada quando da concessão da benesse.

---

Não obstante, o credor veio cobrando do executado o valor de R\$ XXX,XX relativo aos honorários sucumbenciais, o valor de R\$ XXX,XX, relativo a honorários da fase de cumprimento de sentença e o R\$ XX,XX, concernente as custas, totalizando R\$ XXX,XX, verba esta inexigível.

Nesse ponto, nos termos do art. 525, §1º, III, do CPC, a inexigibilidade do valor cobrado é matéria de defesa alegável em sede de impugnação ao cumprimento de sentença.

Por essa razão, impugna a cobrança dessa quantia, incompatível com a gratuidade de justiça deferida e, por essa razão, inexigível, que deve ser expurgada do montante cobrado.

## **2 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Diante da esperada procedência da impugnação apresentada, em face da inexigibilidade dos honorários sucumbenciais em face do autor, requer a fixação de honorários advocatícios em favor do PRODEF, nos moldes do entendimento do STJ:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS). 1.2. Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença. 1.3. Apenas **no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC.** 2. Recurso especial provido.

(REsp 1134186/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/08/2011, DJe 21/10/2011)

---

Dessa forma, considerando a existência de precedente de observância formalmente obrigatória (art. 927, III do CPC), compatível e inteiramente aplicável ao novo diploma processual, pugna pela fixação de honorários ao PRODEF, em conformidade com o que também preconiza o art. 85 do CPC, no percentual inexigível do impugnante.

### **3 - DOS PEDIDOS**

Em face do exposto, requer o acolhimento da impugnação apresentada para reconhecer a inexigibilidade dos honorários e das custas cobrados (art. 98, §1º VI c/c 525, §1º, III do CPC) e a condenação do exequente ao pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública (art. 85 do CPC).

Nestes termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

---

**FULANO DE TAL**  
DEFENSOR PÚBLICO